

Senador afirma que o agronegócio tem queda de produção e prejuízos com o clima

Em pronunciamento no Plenário nessa quinta-feira (14), o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) demonstrou preocupação com a queda na produção do agronegócio brasileiro, atribuída por ele a "eventos climáticos inesperados". O parlamentar ressaltou que a situação é mais grave para aqueles produtores que, muitas vezes, adquirem empréstimos para financiar suas operações. "Tem um impacto muito grande nas suas contas, principalmente naquelas que precisam ser honradas. Quando você pactua, quando você contrata, você jamais pode vir a prever, apesar de que isso faz parte desse contexto, situações extremas climáticas que venham a gerar esse transtorno todo", argumentou. Segundo Trad, o aumento significativo de pedidos de

recuperação judicial reflete a crise enfrentada pelo setor. O senador defendeu que o governo deve adotar medidas urgentes para mitigar os impactos para os produtores. O parlamentar informou que tem buscado soluções. "No primeiro momento em que eu acionei o ministro Carlos Fávaro, ele, de pronto, no mesmo dia em que foi acionado, já abriu a agenda com interlocutores do nosso estado, com a Aprosoja [Associação Brasileira de Produtores de Soja], com o governador do Mato Grosso do Sul [Eduardo Riedel], para tentar buscar soluções. Porque é algo que preocupa. A partir do instante em que, em conflitos como esse, não se vislumbra situações de poder resolvê-los, busca-se socorro por meio do Judiciário", disse. (AGÊNCIA SENADO)

São Luís Medidas para combate às arboviroses são fiscalizadas pelo MPMA

O Ministério Público do Maranhão reuniu, neste mês, no auditório das Promotorias de Justiça de São Luís, autoridades da área da saúde dos municípios de São Luís, Paço do Lumiar e do Estado do Maranhão para debater as medidas de combate às arboviroses mais comuns: dengue, chikungunya e zika. A fiscalização é coordenada pela titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde, Glória Mafra. As arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos por mosquitos. "Estamos acompanhando essa situação de saúde pública para evitar o aumento dos casos e garantir o manejo no diagnóstico e tratamento dos pacientes". A reunião teve a participação de representantes do Conselho Municipal de Saúde de São Luís (Semus), Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES), Secretaria Municipal de Saúde de São Luís e Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão (Lacem). Após os debates, foi estabelecido o prazo de 20 dias para que as autoridades encaminhem ao Ministério Público os documentos relacionados às medidas preventivas, de tratamento e de manejo dos pacientes acometidos pelas doenças. A SES deverá repassar cópia das "Diretrizes estaduais para o

enfrentamento das arboviroses" de 2024, acompanhada de cópia da Resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Maranhão; cartão de acompanhamento da dengue nas unidades estaduais; lista das 39 unidades sentinela. "Em um cenário onde não há prontuário eletrônico nas unidades de saúde e não há interoperabilidade, ou seja, comunicação entre os sistemas, o cartão de acompanhamento é um meio para monitorar o histórico de atendimento dos pacientes com dengue ou com suspeita de ter a doença. Muitas vezes, a pessoa é atendida em diferentes unidades de saúde e essas informações não estão disponíveis", explicou Glória Mafra. A SES e Semus também deverão informar em quanto tempo são disponibilizados os resultados dos exames RT-PCR pelo Lacem. Tais exames comprovam a infecção do vírus nos pacientes. O laboratório deve informar o estoque anual de insumos para a realização do referido exame. Em relação ao registro das vacinas contra a dengue, a SES deve informar em quais municípios as unidades de saúde utilizam o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) ou a Coleta de Dados Simplificada (CDS) e se já atualizaram o aplicativo e-SUS APS para a versão 5.2.27, conforme orientação do Ministério da Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2024 – SEMAD - REPUBLICAÇÃO
O MUNICÍPIO DE MARACACUMÉ TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUMÉ, LOCALIZADA À AV. DAYSE DE SOUSA, SN, CENTRO- MARACACUMÉ- MA, 65.289-000, NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 2021 E DEMAIS NORMAS PERTINENTES À ESPÉCIE, LICITAÇÃO PÚBLICA NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO E CENTRO COMERCIAL NO MUNICÍPIO DE MARACACUMÉ, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS. DATA DE ABERTURA: 22 DE ABRIL DE 2024; HORÁRIO: ÀS 09H00MIN (NOVE HORAS). O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER CONSULTADOS NA PÁGINA ELETRÔNICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUMÉ, DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.MARACACUME.MA.GOV.BR](http://WWW.MARACACUME.MA.GOV.BR). O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER CONSULTADOS NA PÁGINA ELETRÔNICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUMÉ, DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.MARACACUME.MA.GOV.BR](http://WWW.MARACACUME.MA.GOV.BR), PORTAL DE CONTROLE SOCIAL (SINC-CONTRATA), PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E NO [HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://LICITANET.COM.BR/). INFORMAÇÕES ADICIONAIS PELO E-MAIL: MARACACUMELICITACAO@GMAIL.COM. MARACACUMÉ – MA, 13 DE MARÇO DE 2024. FRANCISCO ARNALDO OLIVEIRA SILVA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Carlos Lula apresenta proposta de criação de Frente Parlamentar em defesa da cultura

DIVULGAÇÃO

O deputado estadual Carlos Lula (PSB) participou da segunda edição do Café Cultural, realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas (IESTI). O objetivo do encontro é fomentar a discussão sobre a valorização e os desafios da promoção da cultura maranhense. Na oportunidade, o parlamentar apresentou a proposta de criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Cultura e da Economia Criativa para as lideranças de movimentos culturais e da sociedade civil. Atualmente, a instalação da Frente depende da aprovação na Assembleia Legislativa. A partir dela, os deputados poderão atuar no fortalecimento, difusão e potencializar as ações em defesa da cultura e economia criativa no Maranhão, além de apoiar políticas públicas voltadas a este campo. "Nosso objetivo é promover um diálogo genuíno com os agentes culturais, pois acreditamos que as decisões parlamentares devem refletir as necessidades e visões daqueles que estão na linha de frente da cultura. Desde questões de financiamento até a implementação da Lei Paulo Gustavo e o investimento em artistas locais, há uma ampla gama de tópicos a serem abordados. Precisamos explorar esse vasto campo para desenvolver políticas públicas duradouras, independentes de mudanças de governo", declarou Carlos



O deputado Carlos Lula apresentou proposta de criação de Frente Parlamentar para lideranças de movimentos culturais

Lula. A Frente Parlamentar em Defesa da Cultura e da Economia Criativa terá como atribuição principal o acompanhamento e o debate sobre as políticas públicas relativas à cultura, realizando encontros, simpósios, seminários, debates e outros eventos, com vistas a difundir as medidas legislativas necessárias à efetiva regulamentação do segmento. Além de apresentar propostas legislativas destinadas a defender as necessidades da cultura, inclusive em normas orçamentárias. Para o poeta e escritor Joãozinho Ribeiro, a iniciativa do deputado Carlos Lula na Assembleia

Legislativa é essencial para o segmento cultural maranhense. "É fundamental que tenhamos uma voz no parlamento e a construção que ele está fazendo dessa Frente Parlamentar é muito significativa para todos nós que fazemos a cultura no Maranhão. A exposição dele hoje só fortaleceu o nosso pensamento", destacou. Simele Dantas é detentora e coordenadora dos Tambores de Crioula Arte Nossa e Arte Nossa Mirim. Ela reforçou a necessidade de criar mecanismos de defesa da cultura maranhense. "Estamos vivenciando um momento de apagamento da nossa cultura negra e isso mexe com a nossa alma.

A realidade é que nós nos sentimos desaparelados. Por isso, eu acredito que a ideia da Frente é muito interessante, pois nós precisamos, de fato, do apoio do Poder Legislativo", afirmou. O sentimento também é compartilhado pelo cantor e compositor Aziz Junior. "A iniciativa do deputado Carlos Lula para a instalação de uma Frente Parlamentar é extremamente importante. Esse é um instrumento que realmente permitirá o diálogo, a apresentação de propostas e fazer valer aquilo que estamos gritando aos quatro cantos da cidade sem que ninguém nos ouça", afirmou o artista maranhense.

Senador paraense lamenta queda do IDH brasileiro

O senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) lamentou o fato de o Brasil ter caído duas posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o bem-estar da população considerando indicadores de saúde, escolaridade e renda. O índice, com dados de 2022, foi divulgado na última quarta-feira, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Em pronunciamento nesta quinta-feira (14), o parlamentar destacou que o país agora é o 89º de 193 nações. Zequinha questionou a razão de o Brasil estar atrás de países como Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Equador, mesmo tendo uma previsão de Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,13 trilhões e estar entre as dez

maiores economias do mundo. "Como é que a gente consegue se explicar, se a nossa economia é a nona do mundo e nós perdemos para países pequenos da nossa região, onde as condições de vida são semelhantes e a gente pode ver que essa qualidade de vida, que esse IDH está melhor do que o nosso? O que os nossos vizinhos estão fazendo de mais certo do que aquilo que nós estamos fazendo ao longo dos anos? O senador citou o exemplo do arquipélago do Marajó (PA) que tem o pior índice de desenvolvimento humano municipal do país, com pontuação de 0,418, numa escala que vai de 0 a 1. Para Zequinha, o governo federal precisa reavaliar suas estratégias de investimento, corrigindo erros para

que possa melhorar a condição de vida da sociedade. O parlamentar também argumentou que a carga tributária do Brasil é uma das maiores do mundo. "Nós estamos gastando errado. E esta Casa, o Congresso Nacional, todos os anos debate, constrói e depois aprova aquilo que nós chamamos de lei orçamentária. Então, aqui dentro, está parte da solução desses problemas que recaem sobre os ombros de todos nós. É um debate que precisa ser levado a sério. A fórmula de fazer as coisas com certeza está errada, porque países menores que o nosso estão conseguindo ter informações bem melhores a respeito das condições de vida do seu povo e da sua sociedade. (AGÊNCIA SENADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO AÉREA EM ESCOLAS MUNICIPAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/MA. A sessão será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal pelo endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sendo conduzida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, com data de abertura agendada para 02 de abril de 2024 às 09h00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.santaluziadoparuama.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Santa Luzia do Paruá - MA, 14 de março de 2024. Flávio José Padilha de Almeida – Secretário Municipal de Planejamento, Administração, Finanças, Receitas e Patrimônio Público.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP
Vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SEINC
COMUNICADO
A Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), CNPJ 03.650.060/0001-48, torna público que RECEBEU junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a Licença de Instalação do canteiro de obra do berço 98 (outros empreendimentos ou atividades relacionadas à construção civil não especificadas anteriormente), conforme processo sema nº 24020021250/2024 (e-processo 124211/2024) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA.
São Luís, 14 de março de 2024.
Gilberto Oliveira Lins Neto
Presidente da EMAP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, RECEITA E PATRIMÔNIO PÚBLICO
CNPJ: 12.511.093/0001-06
ERRATA REFERENTE AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024
O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, RECEITA E PATRIMÔNIO PÚBLICO ANTE O LAPSO DE DIGITAÇÃO REFERENTE AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024, INFORMA AOS INTERESSADOS QUE:
ONDE SE LE:
DATA DA SESSÃO PÚBLICA DIA 26/03/2024 ÀS 10:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
LEIA-SE:
DATA DA SESSÃO PÚBLICA DIA 25/03/2024 ÀS 10:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
SANTA LUZIA DO PARUÁ-MA, 13 DE MARÇO DE 2024. FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, RECEITA E PATRIMÔNIO PÚBLICO

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP
Vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SEINC
COMUNICADO
A Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), CNPJ 03.650.060/0001-48, torna público que RECEBEU junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a Licença de projeto de recuperação e estabilização de taludes, obras de expansão e instalação de melhorias do Porto Organizado do Itaqui, localizado no município de São Luís/MA, conforme processo SEMA nº 2309050053/2023 (e-processo 172339/2023).
São Luís, 14 de março de 2024.
Gilberto Oliveira Lins Neto
Presidente da EMAP